

REPERTÓRIOS DE COMUNICAÇÃO NOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO CHILE E NO BRASIL¹ COMMUNICATION REPERTORIES IN STUDENT MOVEMENTS IN CHILE AND BRAZIL

Richard Romancini²

Fernanda Castilho³

Resumo: A emergência do “ativismo digital” provocou transformações nos movimentos sociais. A partir da análise das mobilizações estudantis do Chile (2006 e 2011), e do Brasil (2015-2016), o artigo busca compreender as atualizações nos “repertórios de comunicação”, e como isso se refletiu na lógica de organização da ação coletiva nestes movimentos. É feito um apanhado histórico e teórico sobre o uso das tecnologias em protestos, para nortear a análise comparativa. O estudo dos movimentos é realizado a partir de pesquisa bibliográfica em investigações que enfatizaram o uso da mídia digital por estes movimentos. As conclusões mais relevantes são: há certa semelhança entre os casos, estando ambos próximos de tendências mais recentes do ativismo digital, além de combinarem estratégias de protesto tradicionais com algumas inovações; porém, a lógica de organização chilena foi mais institucionalizada do que no Brasil. Assim, no movimento local, o uso da mídia foi provavelmente mais relevante.

Palavras-Chave: Movimentos sociais. Mídia. Ativismo digital. Mobilizações estudantis.

Abstract: The rise of “digital activism” caused changes in social movements. From the analysis of student mobilizations in Chile (2006 and 2011), and in Brazil (2015-2016), the article seeks to understand the updates in the “communication repertoires”, and how this was reflected in the organization logic of collective action in these movements. A historical and theoretical overview of the use of technologies in protests is made to guide comparative analysis. The study of movements is carried out from bibliographic research in investigations that emphasized the use of digital media by these movements. The most relevant conclusions are: there is similarity between the cases, both being close to more recent trends in digital activism, in addition to combining traditional protest strategies with some innovations; however, the Chilean logic of organization was more institutionalized than in Brazil. Thus, in the local movement, the use of the media was probably more relevant.

Keywords: Social movements. Media. Digital activism. Student mobilizations.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020.

² Professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor e mestre pela mesma instituição. richard.romancini@gmail.com.

³ Professora do Centro Estadual Paula Souza, Fatec Barueri. Doutora e mestre pela Universidade de Coimbra. fernandacasty@gmail.com.

1 Introdução

Mesmo antes das mídias sociais, os estudiosos dos movimentos sociais têm estado interessados em entender como as mídias se relacionam com o ativismo e suas dinâmicas de comunicação (CERNISON, 2018, p. 29-30). Isto se explica, pois movimentos “interagem com uma variedade de meios de comunicação e tecnologias durante os estágios latentes e visíveis das mobilizações”⁴ (MATTONI, 2013, p. 42).

Falando especificamente da “mídia social” – os sites de redes sociais, microblogs, as plataformas de compartilhamento de conteúdo digital gerado por usuários –, observa-se que as investigações sobre o tema evidenciam o nexos entre a ação política, incluindo as práticas de protesto, e o uso desse tipo de mídia. Entretanto, uma tarefa fundamental é entender “*como e em que condições* essas novas plataformas digitais estão relacionadas ao ativismo cidadão e à política de protesto” (VALENZUELA, 2013, p. 921, grifos no original).

Pelo que se disse, e a partir de outros autores estudados, assumimos a premissa de que a internet e as tecnologias afetam a comunicação dos movimentos sociais. Perguntamo-nos, então, quais são as direções das mudanças e se podemos apontar tendências. Conforme a discussão teórica irá evidenciar, conceitos como o de “repertório de comunicação” e “lógica de organização da ação coletiva” apresentam potencial para esclarecer análises específicas.

Desse modo, este artigo realiza uma revisão dos estudos que abordam a mídia e os movimentos sociais. Avançando, nos propomos a discutir a temática, realizando uma análise comparada entre dois movimentos estudantis latino-americanos: o do Chile (2006 e 2011) e do Brasil (2015-2016). A opção pela análise destes casos evita uma discussão generalista, dando também continuidade a estudos anteriores sobre as ocupações estudantis (ROMANCINI; CASTILHO, 2017a, 2017b; CASTILHO; ROMANCINI, 2017). Ao mesmo tempo, se respalda em aspectos como: (1) o interesse intrínseco que estas mobilizações possuem (em significação histórica e social), (2) a importância e ineditismo de uma análise comparativa dos dois contextos, e (3) a significativa produção científica sobre esses casos, que favorece a reconstrução deles a partir de revisão bibliográfica.

O objetivo principal do estudo, portanto, é compreender, a partir da literatura científica, como as tecnologias digitais, particularmente a internet, têm transformado as práticas comunicativas dos movimentos sociais, discutindo como isso ocorreu nos casos em análise.

⁴ Esta e as demais traduções de textos citados em língua estrangeira são dos autores.

A estrutura do artigo é a seguinte: após a descrição da metodologia e das questões de pesquisa, é efetuada a revisão histórica sobre a relação entre a internet/tecnologias digitais e os movimentos sociais, com discussões teóricas. Depois, são apresentadas sintéticas descrições dos casos chileno e brasileiro. Em seguida, há as análises e considerações finais do trabalho.

2 Metodologia do estudo e questões de pesquisa

Para coletar trabalhos que discutem os casos foram usadas as bases de dados: EBSCO (Academic Search Premier, Business Source Complete, Educational Administration Abstracts, Historical Abstracts, Human Resources Abstracts, Information Science & Technology Abstracts, Public Administration Abstracts, Urban Studies Abstracts), JSTOR (Arts and Sciences I, Arts and Sciences III, Arts and Sciences XIV), ProQuest (Applied Social Sciences Index & Abstracts, ERIC, Sociological Abstracts), Sage e Taylor & Francis. Também foram feitas buscas no Google Acadêmico e nas plataformas Researchgate e Academia, geralmente com as palavras-chave “movimentos estudantis”, “Brasil” e “Chile”.

Como esta estratégia foram localizados 390 documentos científicos (teses, dissertações, artigos, capítulos de livros etc.), sendo que os artigos de periódicos somaram 270 itens⁵. Optou-se por privilegiar este tipo de trabalho. Mas, a partir da problemática do estudo, foi feita uma verificação para observar quantos priorizavam a comunicação e a mídia em sua abordagem (82 artigos). Em mais uma etapa de filtragem e escolha de artigos condizentes com os objetivos do estudo, foram retirados aqueles nas quais a dimensão comunicativa teria pouca contribuição às questões de pesquisa (mostradas na sequência), de modo que se chegou, finalmente, a um total de 36 artigos. A tabela a seguir detalha o processo de construção do corpus.

TABELA 1
Trabalhos encontrados sobre a temática e composição do corpus

Documentos	Chile	Brasil	Total
Total de documentos científicos	227	163	390
Artigos de revistas científicas	169	101	270
Artigos com temática em comunicação	59	23	82
Artigos comunicacionais voltados aos objetivos	20	16	36

FONTE – Elaboração dos autores.

⁵ Para que interessados possam conhecer esses trabalhos, eles foram inseridos num anexo digital, no endereço: <http://bit.ly/2P8kXcz>. Em vermelho estão os artigos científicos que se dirigem a questões comunicacionais.

A seguir são expostas as questões de pesquisa do trabalho:

Q1 - Quais foram as práticas do “repertório de comunicação” dos movimentos estudantis no Chile e no Brasil? E como estas práticas deram forma a determinado tipo (ou tipos) de lógicas de organização da ação coletiva? Nestes aspectos, em que diferiram e se assemelharam os movimentos nos dois países?

Q2 - Como se situam os movimentos em análise em termos das ondas do ativismo digital discutidas pela literatura?

3 Os movimentos sociais e as tecnologias digitais

A disseminação da mídia digital e da internet são percebidas por vários analistas como vetor de transformação dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, Johnston (2014), num primeiro momento, situa esse aspecto no quadro mais amplo de modificações causadas pelas tecnologias nas sociedades desde meados dos anos de 1980; depois observa que estas mídias, ao serem usadas pelos ativistas, podem permitir que os movimentos ampliem sua escala geográfica e cultural, favorecendo a coordenação de ações no mundo on-line e off-line.

O potencial mobilizatório da internet foi evidenciado pelos movimentos já no fim da década de 1980, ao substituírem os impressos de divulgação por páginas web. A década de 1990 é vista pelo autor como a “era clássica do ativismo na internet” (JOHNSTON, 2014, p. 141), ainda com a tecnologia disseminando mensagens, por vezes para uma audiência global, sem os requisitos de uma organização altamente estruturada, como no passado (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 155, CASTELLS, 2013, p. 250). Isto foi exemplificado, em meados de 1990, pelos guerrilheiros mexicanos do Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Com viés diferente, mas com maior ênfase na dimensão tecnológica, se dá o surgimento do ativismo estritamente ancorado na rede, com as petições via internet e as formas de *hacktivismo* (ou desobediência civil on-line, com ações como a infecção de vírus em páginas web ou o furto de dados confidenciais de adversários). Neste caso, as ações eram realizadas às vezes por grupos de ação e identidade totalmente baseadas na internet, como a rede Anonymous⁶, indicando “como a rede e a força dos laços fracos que ela mobiliza podem se tornar constitutivas da ação direta” (CAMMAERTS; MATTONI; MCCURDY, 2013, p. 14).

⁶ Alguns autores, como Nunes (2019), preferem, por razões de clareza analítica, entenderem o *ciberativismo* (ou ativismo digital) de maneira mais restrita, isto é, os grupos que realizam ações coletivas realizadas majoritariamente no ambiente digital (como o Anonymous), sendo a internet o espaço de atuação fundamental do movimento. Entretanto, a noção mais geral de ciberativismo como qualquer ação realizada com uso de tecnologias digitais é bastante comum nos estudos e, conforme o ciberativismo passa a ocupar uma posição mais central na

Ambos os casos mostram a relação intrínseca entre a internacionalização dos protestos e a internet, no contexto da globalização, levando ao fortalecimento de causas mundiais. As mensagens para grandes audiências puderam passar a circular com maior rapidez, tanto quanto as comunicações entre ativistas (e eles próprios presencialmente) em diferentes países.

Foi graças à ampla divulgação de sua causa que os zapatistas obtiveram solidariedade mundial, o que impediu uma repressão mais severa. Já em casos como o do Anonymous, as ações de protesto remeteram a causas globais, como a manutenção do caráter aberto da internet.

A ideia de divulgar a mensagem dos movimentos diretamente à população sem a intermediação da mídia tradicional obteve mais impulso com o desenvolvimento de plataformas de mídia independente, como a Indymedia – criada no contexto dos protestos de Seattle, nos Estados Unidos, durante o encontro da OMC, em 1999 –, que passou a abrigar iniciativas similares no mundo, como a do Centro de Mídia Independente do Brasil, criado em 2000. As plataformas desse tipo, de *teor autônomo e não comercial*, serviam como meio para os próprios ativistas compartilhem conteúdos, divulgando-os para uma audiência ampliada. Havia nesta estratégia uma preocupação com a própria democratização das tecnologias e com o acesso a elas, o que se refletia na criação de infraestruturas de comunicação independentes⁷ (MILAN, 2013, p. 2).

Entretanto, conforme os anos se passaram, o impulso para a criação de espaços e dispositivos tecnológicos dos movimentos passou a concorrer com a abundante oferta de serviços e produtos “gratuitos”. A adoção destes, entretanto, ocorre sem que muitas vezes se perceba que os interesses das grandes corporações de mídia proprietárias desses serviços *não* são, de maneira geral, os mesmos dos movimentos (MILAN, 2013, CAMMAERTS; MATTONI; MCCURDY, 2013), para não falar da questão da vigilância nesses ambientes.

Desse modo, durante os anos 2000, o que ganha relevo é o papel mobilizatório e organizativo da rede para os movimentos, utilizando serviços e aplicativos de empresas. Observa-se, então, o modo como passava a ocorrer coordenação e complementaridade entre ações em plataformas digitais, muitas vezes com o uso de dispositivos móveis e forte presença da mídia social (Twitter, Facebook, etc.), e nas ruas. Um dos primeiros casos desse tipo foi o da chamada Revolução Laranja, na Ucrânia, em 2004. A este caso, se seguiram outros: o M15

política (como a continuidade desta seção demonstra), as fronteiras entre mundo digital e “real” se diluem, o que torna o entendimento restrito menos relevante ou até superado.

⁷ Uma expressão significativa dessa tendência, posterior, no caso brasileiro, foi a criação da Mídia Ninja, em 2011. Sobre esse coletivo, ver Bittencourt (2014).

espanhol (2011), o movimento *Occupy* (2011) e a Primavera Árabe (iniciada no final de 2010), que foram amplamente estudados. Não por acaso, os próprios títulos de alguns estudos expressaram o relacionamento referido: “*tweets and streets*” (GERBAUDO, 2012), “a internet e a rua” (MALINI; ANTOUN, 2013).

A clivagem tecnológica entre as chamadas web 1.0 (mais elitista) e 2.0 (massificada) é vista por Gerbaudo (2017) como um marco para duas orientações tecnopolíticas que refletem a trajetória do ativismo digital desde seu surgimento até os dias de hoje. Para o autor, a principal mudança no uso da internet é que os movimentos sociais passaram “do anarco-autonomismo ao populismo como ideologia contestacional dominante, o ativismo digital passou de uma visão da internet como um espaço de resistência e contestação contracultural para o seu entendimento como espaço de mobilização contra-hegemônica” (GERBAUDO, 2017, p. 479).

Ao criticar o tecnodeterminismo⁸, o autor distingue os dois momentos, explicando as transformações do ativismo digital, com base na inter-relação entre fatores tecnológicos, culturais e políticos (ideológicos). Com similaridade com essa ideia de multiplicidade de vetores de influência no ativismo digital, Welp (2015) faz uma proposta para explicar a relevância das tecnologias digitais nos movimentos sociais. Destaca, assim, a diferenciação entre os movimentos não em termos das “ideologias” gerais de contestação, mas a partir de duas dimensões contextuais que fariam com que o uso das tecnologias digitais fosse “intensivo” (determinante) ou de “baixa intensidade” (instrumental).

As dimensões são: os níveis de disseminação da internet no país e o perfil sociodemográfico dos ativistas. Para a autora, havendo certo nível básico de acessibilidade à internet, o papel da rede no protesto dependeria do tipo de regime político do local do movimento (democrático ou autoritário), do nível de abertura do sistema de meios audiovisuais e do grau de organização da sociedade civil. Este argumento é usado para explicar por que movimentos concomitantes realizam uso diferente da internet, como na análise comparada do movimento estudantil mexicano YoSoy134 e o chileno de 2011, que teriam, respectivamente, usos “determinantes” e “instrumentais” da tecnologia digital (SOLA-MORALES, 2016).

⁸ Criticada pelo autor em perspectivas como a da teoria de Castells (2012) sobre a “sociedade (e os movimentos sociais) em rede” e, também, na discussão do *slacktivism* (ou “ativismo preguiçoso”) vista como igualmente tecnocentrista (GERBAUDO, 2012, p. 7-8). Outra crítica a esta noção é feita por Dennis (2019), que, a partir de dados de uma pesquisa sobre o uso da mídia digital por britânicos, nota que “a crítica slacktivista tem um foco excessivamente estreito, isolando aquelas ações rotineiras que os usuários realizam diariamente de outras formas de comunicação e modos de envolvimento” (DENNIS, 2019, p. 185).

A periodização histórica do ativismo digital de Karatzogianni (2015) possui semelhança com a de Gerbaudo (2017), como o autor reconhece. A autora mencionada propõe uma periodização em quatro fases do ativismo digital, sendo que a primeira vai do movimento zapatista de 1994 até as manifestações antiglobalização de Gênova em 2001. A segunda, de 2001 a 2007, da continuidade do movimento antiglobalização ao seu apogeu. A terceira é a da disseminação do ativismo digital, indo além de Estados Unidos e Europa, onde se iniciara. A última fase é a do deslocamento desse tipo de ativismo em direção à política dominante, como no Wikileaks, na Primavera Árabe e no notório caso Snowden.

Tanto Gerbaudo (2017) quanto Karatzogianni (2015) concluem que o ativismo digital sai de uma posição marginal na sociedade para outra, mais central, nos processos de mobilização e de debates. Karatzogianni (2015, p. 141) chega a dizer que “a longo prazo, o ativismo ‘digital’ se tornará menos importante, porque será parte integrante de qualquer atividade sociopolítica”.

A elaboração de conteúdos ativistas mais simples e disseminados no calor dos acontecimentos convive, hoje, com a produção relacionada ao marketing de causas e a organização de custosas campanhas de teor verticalizado. Este é o caso dos grupos maiores que profissionalizaram suas estratégias de mídia, como o Greenpeace e a Anistia Internacional.

Essa observação ilustra a distinção, postulada por Bennett e Segerberg (2012, 2015), entre tipos de lógicas de organização da ação coletiva, situadas num espectro, com respeito à centralidade das estruturas organizacionais. O tipo que enfatiza mais o papel das organizações, com maior controle da mensagem por parte do emissor, é o da “ação coletiva intermediada pela organização”. Numa posição intermediária, há um tipo de ação híbrida denominada “ação conectiva ativada pela organização”, caracterizada pelas organizações com menor necessidade de recrutar e gerenciar membros formais, e marcar ou enquadrar exclusivamente suas próprias campanhas. Por fim, existe a “ação conectiva ativada pelas multidões” caracterizada por mobilizações em larga escala que possuem poucas organizações centrais e formais. Este tipo de ação se enraíza no compartilhamento pessoal de mensagens nas redes sociais on-line. As diferentes lógicas de ação podem conviver em determinado movimento social, mas a primeira é mais tradicional e depende menos de tecnologias digitais.

O reconhecimento dos papéis da comunicação em diferentes tipos de organização dos movimentos pode ser facilitado pela identificação dos diferentes *repertórios de comunicação*, e verificando como esses repertórios, juntamente com o papel da linguagem e do simbolismo, podem mudar de um tipo de movimento para outro. (BENNETT; SEGERBERG, 2015, p. 375, grifo nosso)

Essa observação é importante, pois remete a uma das tentativas para desenvolver, no campo de estudos dos movimentos sociais e da comunicação, visto como fragmentado (RUCHT, 2011; MATTONI, 2013), teorias e conceitos comuns, que possam circular entre as investigações. Assim, o conceito de “repertório de comunicação” (KRIESI; BERNHARD, HÄNGGLI, 2009; MATTONI, 2013), baseado na noção de “repertório modular dos movimentos sociais” (TILLY, 2008) é uma das alternativas. O último pode ser definido como o conjunto de táticas (por exemplo, marchas, greves, ocupações) disponíveis para uso pelos movimentos sociais num determinado momento histórico.

A adaptação deste conceito para o campo das tecnologias digitais de comunicação e informação (EARL; KIMPORT, 2011), serve para comparar o uso do “repertório de comunicação”, diacronicamente e entre diferentes movimentos. O “repertório de comunicação” é definido como “o conjunto integral de práticas de mídia ativistas que os atores do movimento social podem conceber como possíveis e depois desenvolver nos estágios latente e visível da mobilização, para alcançar atores sociais dentro e fora do ambiente do movimento social” (MATTONI, 2013, p. 47). Daí, o interesse em perceber, diacronicamente, o que muda no repertório, devido às mídias digitais, bem como em comparações entre casos.

4 Os movimentos no Chile e Brasil

4.1 Os movimentos estudantis chilenos de 2006 e 2011

O *movimento de 2006* envolveu os estudantes secundaristas, com uma pauta inicial de baixa densidade política (demandas por reformas em escolas e aumento da gratuidade do passe escolar etc.). À medida que ele perdurou, contudo, passaram a ser feitas reivindicações de teor estrutural, como a anulação da Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE), uma herança da ditadura, que favorecia a privatização do ensino.

Ele surpreendeu pela amplitude e apoio popular aos “pinguins” (como são chamados os secundaristas, pelo traje escolar). As manifestações tiveram grande cobertura midiática e foram as maiores dos primeiros dezessete anos de redemocratização do Chile. Argumenta-se que a retórica da presidenta socialista Bachelet, eleita em 2006, de um “governo de cidadãos”, foi uma janela de oportunidade para a “revolução dos pinguins” (DONOSO, 2013).

Contudo, o governo atendeu sobretudo reivindicações pontuais, justificando a avaliação de que a classe política estava disposta conceder alguns ajustes, “porém pouco propensa a aceitar uma revisão do sistema educativo em sua totalidade” (BORRI, 2016, p. 148).

O *movimento estudantil de 2011*, chamado por alguns de “Inverno chileno” – em alusão à “Primavera árabe”, que ocorria quase no mesmo período e também associado ao dos “indignados” espanhóis –, foi liderado pelos universitários (muitos dos quais tinham sido secundaristas em 2006), tendo início durante a presidência do conservador Sebastián Piñera (2010-2014). Os estudantes usaram a experiência anterior, potencializando, por exemplo, o uso da internet para a causa, e desde cedo procuraram agregar outros grupos sociais a ela.

Assim como em 2006, dimensões educativas mais cotidianas foram o aglutinador inicial. Daí, as demandas pelo aumento do número de bolsas e congelamento de mensalidades universitárias. Após alguns meses, porém, as reivindicações assumiram um caráter sistêmico, sintetizado no lema “educação pública, gratuita e de qualidade”. Desse modo, passou a ser exigida uma reconfiguração geral do sistema educativo, numa nova constituinte. Os estudantes tiveram, de novo, apoio popular, a despeito de que na época o Chile apresentasse crescimento econômico e baixas taxas de desemprego (VALENZUELA, 2013). Isto seria explicado pelo movimento ter dado expressão ao rechaço ao modelo neoliberal vigente no país desde a ditadura que, no âmbito educativo, produziu um sistema que perpetuava desigualdades (BELLEI; CABALIN, 2013; BORRI, 2016).

A mobilização durou sete meses, e boa parte das reivindicações foi incorporada no programa de Michelle Bachelet, eleita novamente para a presidência chilena em 2014. Durante seu novo mandato, ela ampliou a gratuidade do ensino superior público, mas não a tornou geral, o que continua sendo um aspecto criticado pelo movimento estudantil.

Posteriormente, algumas lideranças assumiram candidaturas, sendo que quatro foram eleitas para o cargo de deputado nacional, entre elas, Camila Vallejo, que era a presidenta da Federação de Estudantes da Universidad de Chile, uma impulsionadora do protesto de 2011.

4.2 O movimento no Brasil

As ações dos estudantes brasileiros, iniciadas em 2015, foram mais inesperadas do que a dos chilenos. Houve tendência autonomista, com rechaço aos partidos e a organizações estudantis tradicionais (principalmente no início) – o que se refletiu em estruturas horizontais de participação. A rejeição à tutela de partidos afinava o movimento com junho de 2013 e, também, com movimentos juvenis contemporâneos de determinados países (VALENZUELA; ARRIAGADA; SCHERMAN, 2012, p. 299). Além disso, de fato, muitos jovens informaram a importância das Jornadas de Junho em suas referências de mobilização. Outra influência

importante foram os movimentos chilenos descritos, particularmente o dos secundaristas, sobretudo pela adoção, como aspecto central do protesto, da estratégia da ocupação escolar, inicialmente em São Paulo, mas que se tornaria generalizada nas ramificações do ciclo. Havia circulado entre os estudantes – bem antes da fase de ação coletiva – a adaptação de um manual sobre “como ocupar um colégio”, feita por estudantes chilenos e argentinos. E, durante as ocupações realizadas, foi bastante exibido o documentário *A rebelião dos pinguins* (2007), de Carlos Pronzato⁹.

O manual referido foi elaborado pelo coletivo “O Mal-Educado”, que deu suporte às ações dos secundaristas paulistas. Dado o rechaço inicial a partidos e organismo estudantis tradicionais, coletivos autonomistas desse tipo, alguns surgidos no contexto do movimento, tiveram papel importante na organização das ações coletivas, geralmente com uso da internet.

Devido à amplitude geográfica e temporal dos protestos, a estratégia de Groppo (2018) de dividir o movimento em duas ondas é válida. Seria, assim, possível falar de uma primeira, que vai de dezembro de 2015 a junho de 2016, e outra, mais curta, ocorrida de outubro a dezembro de 2016. A primeira se caracterizou pela oposição a medidas e políticas educacionais dos governos estaduais (de teor neoliberal), eclodindo em diversos estados, após o início em São Paulo. Foi marcada pelas ocupações de escolas secundaristas, manifestações públicas e participação dos estudantes desse nível, bem como uso das mídias digitais na mobilização.

A segunda onda teve início no Paraná e atingiu outros 21 estados e o Distrito Federal, com características similares às da anterior, como a prática de ocupações de espaços educativos. Entretanto, o protesto criticava também a Medida Provisória nº 74, de reforma do Ensino Médio, e, depois, a PEC 55, do “teto de gastos” do governo federal.

Houve apoio popular, principalmente na primeira onda, devido ao apelo da mensagem por mais qualidade na educação pública – entretanto, refletindo polarizações da sociedade brasileira, críticas à suposta “manipulação” dos protestos também ocorrem, assim como contramovimentos apoiados por grupos conservadores.

Certas reivindicações mais pontuais da primeira onda foram equacionadas – assim, em São Paulo foi cancelada a “reorganização escolar” do governo. Já as reivindicações gerais da segunda onda não foram alcançadas; além disso, as tendências recentes do governo federal tendem a opor-se a muitas pautas estudantis: por exemplo, a contrariedade com a militarização

⁹ Significativamente, o mesmo diretor realizou também um documentário sobre o protesto brasileiro: *Acabou a paz, isto aqui vai virar o Chile! Escolas ocupadas em São Paulo* (2016).

de escolas. Apesar disso, argumenta-se que o movimento propiciou “a formação política das novas gerações, que vivenciaram outra forma de política” (GROPPO, 2018, p. 108) e uma experiência da autogestão pedagógica. A “formação política”, porém, não deu origem a candidaturas políticas de ex-ativistas. Também inexisteram reflexos claros dos protestos nos programas dos candidatos à presidência, em 2018.

5 Os repertórios de comunicação e as lógicas de organização no Chile e no Brasil

5.1 O caso chileno

Em termos contextuais, é válido notar que o Chile possui indicadores de tecnologias acima da média na América Latina. Em 2006, o percentual da população que usara a internet foi de 42,8% (contra 17,2% no Brasil) e em 2012 esse número foi de 58,6% (era de 45,6% no Brasil). O dado mais atual (2017) mostra que o Chile estaria com 77,5% e o Brasil, 70,7%¹⁰.

A literatura sobre o movimento dos estudantes chilenos destaca que tanto em 2006 quanto em 2011 houve atualização de elementos do repertório tradicional dos movimentos sociais, bem como – principalmente no que diz respeito ao “repertório comunicacional” – certas inovações. Assim, quanto à tradição, formas de ação contenciosa (e também de comunicação) como as marchas, assembleias, painelaços, grafites nos muros das cidades, ocupações de edifícios caracterizam ambos os momentos; a última forma, foi mais importante (e marcante) no protesto de 2006¹¹, enquanto as marchas e passeatas, no de 2011¹². As inovações envolveram a internet, usada para coordenar, organizar e divulgar ações off-line, com a realização de vários criativos *flash mobs* (um tipo de performance realizada por uma multidão convocada por dispositivos tecnológicos) (PONCE; MIRANDA, 2016; DIAZ, 2018).

Em 2006, as marchas e ocupações de rua deram início ao protesto, sendo que logo o “pinguim” foi adotado como símbolo pelos estudantes (em cartazes e máscaras, por exemplo). Apenas um mês depois, conforme se agudizou o conflito, é que se iniciou a ocupação dos colégios. A Assembleia Coordenadora dos Estudantes Secundarista (Aces), organização

¹⁰ Dados de: <https://www.internetworldstats.com/>. Acesso em 10 jan. 2020.

¹¹ Nos colégios ocupados no Chile, em 2006, tornou-se comum a exibição de um documentário chamado *Actores Secundarios* (2004), que falava da resistência dos estudantes na época da ditadura e de um episódio de “toma” (ocupação) de um colégio. Nesse sentido, é possível observar o papel da mídia e dos audiovisuais de difundir, recuperar memórias e mobilizar, bem como a atualização de uma estratégia do repertório de protesto.

¹² Há menos estudos voltados ao movimento de 2006 e suas formas comunicativas (como CONDEZA, 2009 e VALDERRAMA, 2013) do que os que abordam a mobilização de 2011. Porém, por vezes, reconhecendo a continuidade entre eles, alguns textos que abordam o último caso também discutem o anterior.

estudantil nacional criada em 2001, foi a instância que permitiu, por meio de assembleias internas, a deliberação dos passos e da pauta do movimento.

No movimento posterior (2011), foi a Confech (Confederação dos Estudantes Chilenos) que se tornou a instância de coordenação e tomada de decisões geral para os estudantes, também realizando assembleias, com representantes de colégios e das ativas federações estudantis que impulsionaram a causa. Em síntese, os protestos chilenos não ocorreram pela ação de pequenos grupos coordenados por redes frouxamente conectadas; em vez disso, foram estimulados por organizações estudantis tradicionais (GUZMÁN-CONCHA, 2012).

A Aces contava com um representante de cada escola, e numa de suas assembleias foi decidida a ocupação dos colégios. Nesse momento, os dispositivos de comunicação móvel e digital se mostraram relevantes. “A comunicação móvel foi de ajuda para coordenar a vida cotidiana dos colégios, e fora para se manterem em contato com as famílias, os amigos e para coordenar e providenciar, por exemplo, as compras diárias” (CONDEZA, 2009, p. 73).

Análises sobre as utilizações da internet em 2006 mostram que, de maneira geral, os estudantes “*manifestaram sua identificação com o movimento, coordenaram suas diferentes atividades, informaram sobre variados aspectos dos protestos e se informaram do desenvolvimento da manifestação*” (VALDERAMA, 2013, p. 126, grifos nossos).

É comum que os autores, como Ponce (2017), se refiram, em relação às tecnologias, a um deslocamento do uso de *fotologs*¹³ e *blogs* ao do *Facebook e Twitter*, distinguindo 2006 e 2011. Como as últimas plataformas (além de outras, como o YouTube) favorecem mais a interatividade, argumenta-se que elas tiveram mais relevância organizacional do que no primeiro momento. Em 2011, com o maior desenvolvimento das redes sociais digitais, os usos da comunicação digital se diversificaram (PEÑA; RODRIGUEZ; SÁEZ, 2016, p. 292).

Ao analisar mensagens da página de Facebook da Federação dos Estudantes da Universidad de Chile (Fech) relacionadas ao protesto de 2011, Cabalin (2014, p. 32) observa que os objetivos comunicacionais foram: “difundir e enquadrar a informação, responder à mídia tradicional, se contrapor à informação oficial, convocar manifestações públicas, destacar resultados positivos dos protestos e apoios conquistados, convocar à adesão e, finalmente, identificar e criticar os principais detratores do movimento”. Além desse dado, que mostra

¹³ Espécie de blog pessoal, com mais ênfase em fotografias. Em 2006, eles eram bastante populares no Chile, sendo que 18,6% dos usuários da internet no país possuíam um (VALDERRAMA, 2011, p. 128).

relativa sobreposição entre os usos das mídias digitais em 2006 e 2011 (com gama mais ampla no segundo momento), o autor traz mais duas informações relevantes.

Em primeiro lugar, 40% dos materiais postados eram de conteúdos dos meios de comunicação tradicionais, e apenas 22,6% foram produzidos pela própria Fech. Para o autor, “isto ilustra que a página do Facebook foi empregada majoritariamente para responder a conteúdos publicados em outras plataformas midiáticas” (CABALIN, 2014, p. 30), ou seja, disputar a opinião pública. Como observa Cardenas (2016, p. 106), o caso chileno exemplifica que “a maneira como a ação coletiva da juventude é representada nos espaços públicos midiáticos não está mais sujeita apenas aos discursos de atores externos”, e movimento podia continuamente propor e contestar os sentidos conferidos às suas demandas e motivações.

A segunda informação relevante de Cabalin (2014, p. 31) é sobre o fato de que a página estudada era gerenciada por jovens profissionais que tinham conhecimento em comunicação. Nota-se, aqui, o esforço de qualificação do conteúdo por parte das organizações estudantis em 2011. Nesse sentido, os grupos com maior capacidade de mobilizar recursos financeiros e pessoais estão em vantagem (VON BÜLOW, VILAÇA; ABELIN, 2019, p. 1781-1782).

Esta evidência contrasta com a perspectiva analítica que vê no mundo digital um espaço de pura espontaneidade comunicativa e que, com baixas ou inexistentes barreiras, seria um espaço ocupado, em princípio, por uma multiplicidade de indivíduos com importância relativamente parecida. Ao contrário, “embora a criação de uma página no Facebook não requeira habilidades especiais, criar conteúdo novo de vídeos e memes ou definir uma identidade visual on-line, não é tão fácil”, notam Von Bülow, Vilaça e Abelin (2019, p. 1771), discutindo justamente o movimento estudantil chileno de 2011.

Nessa linha, são convergentes os dados que mostram uma crescente “institucionalização” do uso de plataformas digitais como Twitter, em 2011, conforme o movimento se desenvolveu no tempo, ou seja, passa-se de uma rede em que os nós diferem pouco, para outra na qual emergem lideranças individuais que são, por sua vez, paulatinamente substituídas por contas das organizações estudantis (GARCÍA; VON BÜLOW; LEDEZMA; CHAUVEAU, 2014).

Isto não surpreende, pois, apesar das redes digitais terem ajudado a ampliar a participação, isso se deu sob uma estrutura até certo ponto tradicional do ponto de vista da organização do movimento – e com implicações para o seu desenvolvimento (propiciando, por exemplo, a emergência de lideranças) e para lógica de organização coletiva a partir das tecnologias digitais. Ou seja, o movimento teve uma organização com hierarquia facilmente

reconhecível. García (2017) argumenta, por isso, que o movimento de 2011 teve uma estrutura “arvorecente”, embora aberta à participação digital e off-line; por exemplo, alguns *flash mobs* de apoio foram organizados de maneira independente, até por jovens aparentemente despolitizados (PONCE, 2017, p. 186; VON BÜLOW, 2018, p. 23).

Não houve, porém, em nenhum dos momentos (2006 e 2011), nem posteriormente, a criação de plataformas de comunicação próprias ou ações exclusivas na internet, o que situa o movimento chileno, de maneira geral, na etapa “populista” do ativismo digital ou mais voltada a um uso “instrumental” da tecnologia. Assim, conforme notam Sola-Morales e Rivera (2015, p. 50), “o debate que se dá nos espaços de participação clássicos, como as assembleias, não se encontra on-line, já que não existem ainda mecanismos de participação virtuais inovadores”.

Em resumo, no caso chileno, é importante reconhecer o protagonismo das instituições, já que isto permitiu que o movimento tivesse um caráter duradouro, diferentemente da maioria dos protestos que foram concomitantes ao “Inverno chileno”, como notam García et al. (2014, p. 332). Ao mesmo tempo, teve reflexos nos usos das tecnologias digitais e nos repertórios de comunicação adotados. Nesse sentido, a categoria de lógica de ação coletiva em que se pode enquadrar, *de maneira geral*, o movimento é a da “ação conectiva ativada pela organização”¹⁴.

5.2 O caso brasileiro

Assim como no Chile 2006, no caso pioneiro de São Paulo, antes das ocupações das escolas, várias práticas usuais do repertório de protesto dos movimentos sociais foram utilizadas para chamar a atenção e abrir diálogo: protestos contra diretorias escolares e passeatas em bairros e regiões, por exemplo. O insucesso desta estratégia deu início às ocupações, que foram ainda precedidas por um processo de mobilização que “começa com a expressão da indignação no Facebook, nos grupos de Whatsapp e no cotidiano da escola” (ORTELLADO, 2016, p. 12). Novos protestos de rua (“trancaços”, passeatas) foram feitos, enquanto as escolas estavam ocupadas, e a plataforma de mídia social teve uso amplamente disseminado, também nas subseqüentes mobilizações no país, possibilitando “todo um conjunto de comunicação, denúncia e articulação através das redes sociais” (CARNEIRO, 2017, p. 139).

¹⁴ Von Bülow (2018, p. 49-50) prefere destacar a coexistência dos três modelos de ação coletiva no movimento chileno, no entanto, nossa perspectiva analítica não chega a ser essencialmente diferente da dela, a não ser numa questão de ênfase.

Nota-se ainda a importância do aplicativo de mensagens (provavelmente de modo similar ao que ocorreu no Chile com o uso do e-mail e dispositivos de comunicação móvel da época) WhatsApp. Sobre o Rio de Janeiro, Queiroz, Bortolon e Rocha (2017, p. 11), observam que

no ambiente virtual dos grupos de WhatsApp, era possível realizar reuniões e ali mesmo discutir estratégias e ações a serem realizadas nas ocupações sem a necessidade de um encontro presencial e simultâneo entre os participantes, o que dificultava o controle por parte da direção dos colégios e do próprio Estado, além de facilitar a tomada de decisão dos estudantes pois, por ser um local de encontro, permitia também manter a união e o apoio entre eles. Apesar do endurecimento das medidas repressivas após as primeiras ocupações, o fenômeno do uso deste aplicativo não demorou a espalhar-se por dezenas de colégios, tendo a comunicação dinâmica e em tempo real proporcionada pelo WhatsApp contribuído diretamente para isto.

Em suma, como se poderia esperar, elementos novos do repertório de comunicação dos movimentos sociais se combinaram a tradicionais durante o desenrolar da mobilização estudantil no Brasil, na qual houve uma “íntima conexão entre o material e o virtual [...] cada qual alimentando suas estratégias” (CARNEIRO, 2017, p. 139).

Novamente aqui, como no Chile, podemos classificar o movimento na etapa “populista” do ativismo digital, fazendo uso de plataformas e aplicativos proprietários, sem o desenvolvimento de tecnologias que tenham adquirido maior relevância¹⁵, mas, por outro lado, com certas inovações midiáticas. Assim, da mesma forma que nos protestos brasileiros de 2013, a gravação em vídeos, com celulares, para a denúncia de abusos policiais, principalmente quando havia escolas ocupadas, foi comum. Um “tutorial” em vídeo para que os estudantes aprendessem esta tática teve, na época, mais de 500 mil visualizações no Facebook (ROMANCINI; CASTILHO, 2017a, p. 135).

Também como no Chile (principalmente no caso dos *flash mobs* no país), houve o desenvolvimento de uma linguagem de protesto (em memes, imagens e vídeos veiculados nas mídias sociais) que buscou se aproximar de aspectos da cultura midiática, no que pode ser visto como uma tentativa de construir uma “identidade coletiva juvenil por meio de significados sociais compartilhados” (ROMANCINI; CASTILHO, 2017b), bem como favorecer transmissão da mensagem do movimento para o público em geral, chamando a atenção, de maneira criativa, para a causa. O próprio apoio de personalidade midiáticas ao movimento, expresso, por exemplo, no videoclipe da música *O trono de estudar*¹⁶, com a participação de músicos como Chico Buarque e Zélia Duncan, pode ser visto dentro dessa tendência.

¹⁵ A ressalva se deve ao trabalho de Almeida e Santos (2017) que relata o desenvolvimento, por um docente em contexto de ocupação no Rio de Janeiro, de um aplicativo para informar sobre o movimento estudantil.

¹⁶ Disponível em: <http://bit.ly/2TfMR7z>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Diferentes linguagens – grafite, ilustração, vídeo, música, etc. – também foram exercitadas durante o cotidiano das escolas e outras instituições ocupadas, em alguns momentos, a partir da oferta de oficinas realizadas pelos próprios estudantes ou voluntários. Por vezes, os produtos se transformavam em materiais para ações de rua (cartazes, panfletos, canções), mas também para discussões ocorridas no contexto da ocupação, no que, de maneira geral, é visto pelas análises como uma transmutação positiva do cotidiano escolar, permitindo “traduzir o que se sente e que se quer para a escola e a educação” (KETZER; ROSA, 2019, p. 131).

Voltando ao papel da mídia social, as investigações mostram que os estudantes produziam postagens de Facebook para estimular o ingresso na causa, solicitar apoio externo, transmitir eventos ao vídeo e reportar suas atividades (LEMOS; CUNHA JÚNIOR, 2018, p. 58) ou, de acordo com outra categorização dos conteúdos (no caso, só os de São Paulo), para mostrar o cotidiano das ocupações, gerar mobilização entre os ativistas e relacionar-se com a mídia (tradicional e alternativa) (ROMANCINI; CASTILHO, 2017b, p. 101).

Assim, a mídia digital foi, sobretudo, um instrumento de organização e mobilização do movimento estudantil brasileiro, no ciclo 2015-2016, em suas diferentes localidades geográficas. Enquanto tal, permitiu, em função do compartilhamento de experiências que as páginas abertas do Facebook favoreciam – além de outras estratégias, como as visitas de estudantes, até entre estados, às escolas ocupadas, bem como consultas à internet –, o aprendizado da prática da ação social coletiva, por jovens que “não estavam acostumados a participar e organizar movimentos sociais, [e] aprenderam a produzir e usar ferramentas para melhorar suas atividades durante o processo” (LEMOS; CUNHA JÚNIOR, 2018, p. 55). Em termos de relacionamento com a mídia tradicional, a tônica foi o confronto, tendo em vista a cobertura negativa que o movimento tendia a receber.

Nesse sentido, nota-se que o compartilhamento de notícias da mídia *mainstream* era seguido, frequentemente, por críticas à cobertura efetuada e à preocupação em mostrar nas diversas páginas de Facebook (geralmente uma por instituição escolar, além das que eram mais gerais) um contraponto estudantil. Ao mesmo tempo, conforme certa modificação no panorama midiático brasileiro, as matérias da imprensa alternativa on-line que cresceu nos últimos anos, e foi simpática ao movimento, eram compartilhadas pelos estudantes (CUNHA JÚNIOR; LEMOS, 2017; ROMANCINI; CASTILHO, 2017b; KETZER; ROSA, 2019).

O fato de que não houve relação, no início principalmente, com organizações estudantis que pudessem colaborar com a organização do movimento deu, pelas características indicadas, mais importância ainda às tecnologias digitais. De fato, diferentemente do Chile, a lógica de organização da ação coletiva mais discernível é a da “ação conectiva ativada pelas multidões”, embora isso, como se discute nas considerações finais possa estar também relacionada a limitações dos estudos do movimento brasileiro.

6 Considerações finais

Vimos neste trabalho, respondendo às questões de pesquisa, que ambos os movimentos, o chileno e o brasileiro, podem ser associados a etapas mais recentes do ativismo digital, chamadas de “populistas”, ao utilizarem as mídias digitais comerciais para a propagação de suas mensagens e organização interna, sem preocupação em desenvolver estruturas tecnológicas próprias. Os repertórios de comunicação também foram similares, devido à própria influência do movimento chileno no Brasil, havendo a combinação de elementos tradicionais do repertório de protesto (marchas, ocupações, bloqueios etc.) com algumas inovações (*flash mobs*, ludicidade nas formas comunicativas produzidas pelos estudantes). No entanto, os movimentos parecerem diferir quanto à lógica de organização da ação coletiva, uma vez que o chileno se ancorou numa estrutura institucional existente, que organizou as ações, embora aberta a contribuições de distintos estudantes, mais ou menos ativistas, diferentemente do Brasil.

Porém, cabe a indagação sobre possível relevância de “líderes suaves” (GERBAUDO, 2012), provavelmente inseridos nos coletivos (como o mencionado “O Mal Educado”) que, previamente, ajudavam a dar forma ao movimento brasileiro. Este é um aspecto que futuros estudos poderão aclarar, assim como eventuais influências do movimento no cotidiano das escolas posterior ao protesto. Afirmar, para o caso brasileiro, como a de que “Foram raríssimos os casos de projetos pedagógicos revistos a partir das demandas da ocupação” (CARNEIRO, 2017, p. 147), evidenciam uma percepção sobre um plano mais visível da realidade. No entanto, analisar possíveis transformações mais sutis é uma tarefa válida, assim como entender melhor os nexos de causalidade nas preocupações estudantis que se refletiram no movimento. Por exemplo, as preocupações com questões de gênero e feminismo (CASTILHO; ROMANCINI, 2017) eram anteriores ou surgem durante as ocupações? E quais seus desdobramentos, em termos do próprio uso de mídia? Esta temática vem sendo estudada

sobre o Chile (ERRÁZURIZ, 2019), o que evidencia também outro benefício do olhar comparativo: indica questões que podem ser relevantes em diferentes contextos.

Referências

- ALMEIDA, J. F. F.; SANTOS, E. App learning no contexto de greve e ocupação do Colégio Pedro II. **Educação em Foco**, v. 23, n. 1, p. 61-86, 2017.
- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action: digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, pp. 739-768, 2012.
- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. Communication in movements. In: DELLA PORTA, D.; DIANI, M. (eds.). **The Oxford handbook of social movements**. Oxford: Oxford University Press, 2015. p. 367-382.
- BITTENCOURT, M. C. A. Interatividade, hipertextualidade e multimídia no processo de convergência da cobertura de protestos pelo coletivo Mídia Ninja. **Alceu**, v. 14, n. 28, p. 188-201, 2014.
- BELLEI, C.; CABALIN, C. The 2011 Chilean student movement against neoliberal educational policies. **Studies in Higher Education**, v. 15, n. 2, p. 108-123, 2013.
- BORRI, C. El movimiento estudiantil en Chile (2001-2014). La renovación de la educación como aliciente para el cambio político-social. **Altre Modernità**, n. esp., p. 141-160, 2016.
- CABALIN, C. Estudiantes conectados y movilizados: El uso de Facebook en las protestas estudiantiles en Chile. **Comunicar**, v. 12, n. 43, p. 25-33, 2014.
- CAMMAERTS, B.; MATTONI, A.; MCCURDY, P. Introduction. In: CAMMAERTS, B.; MATTONI, A.; MCCURDY, P. (eds.). **Mediation and protest movements**. Bristol: Intellect, 2013. p. 1-19.
- CÁRDENAS NEIRA, C. El movimiento estudiantil chileno (2006-2016) y el uso de la web social: nuevos repertorios de acción e interacción comunicativa. **Última Década**, v. 24, n. 45, p. 93-116, 2016.
- CARNEIRO, S. Ocupar, resistir e a luta nas redes sociais. **Comunicações**, v. 24, n. 2, p. 137-150, 2017.
- CASTELLS, M. **Networks of outrage and hope: social movements in the internet age**. Cambridge: Polity Press, 2012.
- CASTILHO, F.; ROMANCINI, R. 'Fight like a girl': virtual bedroom culture in public school occupations in Brazil. **Catalan Journal of Communication & Cultural Studies**, v. 9, n. 2, p. 303-320, 2017.
- CERNISON, M. **Social media activism: water as a common good**. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2018.
- CONDEZA, A. R. Las estrategias de comunicación utilizadas por los adolescentes. **Cuadernos de Información**, n. 24, p. 67-78, 2009.
- CUNHA JÚNIOR, F. R. da; LEMOS, M. F. Do not close my school: Facebook, occupations and demonstrations for promoting social change. **Humanities and Social Sciences**, v. 5, n. 6, p. 222-229, 2017.
- DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social movements: an introduction**. 2a ed. Malden: Blackwell Publishing, 2006.
- DENNIS, J. **Beyond slacktivism: political participation on social media**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.
- DIAZ PINO, C. Weaponizing collective energy: *Dragon Ball Z* in the anti-neoliberal Chilean protest movement. **Popular Communication**, v. 17, n. 3, 202-218, 2018.
- DONOSO, S. Dynamics of change in Chile: explaining the emergence of the 2006 Pingüino Movement. **Journal of Latin American Studies**, n. 45, p. 1-29, 2013.
- EARL, J.; KIMPORT, K. **Digitally enabled social change: activism in the internet age**. Boston: MIT Press, 2011.
- ERRÁZURIZ, V. A digital room of their own: Chilean students struggling against patriarchy in digital sites. **Feminist Media Studies** (publicado on-line), 2019.
- GARCÍA, C.; VON BÜLOW, M.; LEDEZMA, J.; CHAUVEAU, P. What can Twitter tell us about social movements' network topology and centrality? Analysing the case of the 2011-2013 Chilean student movement.

- International Journal of Organisational Design and Engineering (IJOE)**, v. 3, n. 3-4, p. 317-337, 2014.
- GARCÍA SÁNCHEZ, S. Movimientos tecnopolíticos en latinoamérica. Comparación del #yosoy132 y el movimiento estudiantil chileno. **Revista Internacional de Pensamiento Político**, v. 12, p. 17-34, 2017.
- GERBAUDO, P. **Tweets and the streets: social media and contemporary activism**. Londres: Pluto Press, 2012.
- GERBAUDO, P. From cyber-autonomism to cyber-populism: an ideological analysis of the evolution of digital activism. **tripleC**, v. 15, n. 2, p. 477-489, 2017.
- GROPPO, L. A. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: COSTA, A. A. F.; GROppo, L. A. (Eds.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 85-117.
- GUZMÁN-CONCHA, C. The students' rebellion in Chile: Occupy protest or classic social movement? **Social Movement Studies**, v. 11, n. 3-4, p. 408-415, 2012.
- JOHNSTON, H. **What is a social movement?** Londres: Polity Press, 2014.
- KARATZOIANNI, A. **Firebrand waves of digital activism 1994-2014**. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2015.
- KETZER, A. M.; ROSA, R. “De tanto poupar em educação ficaremos ricos em ignorância”: contranarrativas juvenis no movimento de ocupação de escolas no Rio Grande do Sul. **Intexto**, n. 44, p. 120-143, 2019.
- KRIESI, H., BERNHARD, L.; HÄNGGLI, R. The politics of campaigning – dimensions of strategic action. In MARCINKOWSKI, F.; PFETSCH, B. (eds.). **Politik in der mediendemokratie**. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2009. p. 345-365.
- LEMONS, M. F.; CUNHA JÚNIOR, F. R. da. Facebook in Brazilian schools: mobilizing to fight back. **Mind, Culture, and Activity**, v. 25, n. 1, p. 53-67, 2018.
- MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MATONI, A. Repertoires of communication in social movement processes. In: CAMMAERTS, B.; MATTONI, A.; MCCURDY, P. (eds.). **Mediation and protest movements**. Bristol; Chicago: Intellect, 2013. p. 39-56.
- MILAN, S. **Social movements and their technologies: wiring social change**. Londres; Nova York: Palgrave Macmillan, 2013.
- NUNES, R. Atores e práticas ciberativistas no Brasil: o esboço de uma história. **Compólitica**. **Anais... Brasília, UnB**, 2019. Disponível em http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT5/gt5_Nunes.pdf
- ORTELLADO, P. A primeira flor de junho [Prefácio]. In: CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016. p. 12-16.
- PEÑA, P., RODRÍGUEZ, R.; SÁEZ, C. Movimiento estudiantil en Chile, aprendizaje situado y activismo digital. Compromiso, cambio social y usos tecnológicos adolescentes. **OBETS**, v. 11, p. 1, p. 287-310, 2016.
- PONCE LARA, C. Internet, nuevas formas de acción colectiva y subjetividades políticas: movilizaciones estudiantiles chilenas del 2011. **Persona y Sociedad**, v. 31, n. 2, p. 173-196, 2017.
- PONCE LARA, C.; MIRANDA, N. Redes de confianza online y flash mobs: movilizados por la educación. **Observatorio (OBS*)**, v. 10, n. esp., p. 161-175, 2016.
- QUEIROZ, D. F. de S.; BORTOLON, P. C.; ROCHA, R. de C. M. da. As ocupações estudantis e a reinvenção do espaço escolar facilitadas pelas tecnologias interativas. **Arquivos analíticos de políticas educativas**, v. 25, n. 104, p. 1-21, 2017.
- ROMANCINI, R.; CASTILHO, F. Novos letramentos e ativismo: aprendizagens formal e informal nas ocupações de escolas em São Paulo. **Revista Iationamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 14, n. 26, p. 128-138, 2017a.
- ROMANCINI, R.; CASTILHO, F. “Como ocupar uma escola? Pesquisa na Internet!”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. **Intercom – RBCC**, v. 40, n. 2, p. 93-110, 2017b.
- RUCHT, D. Global justice movements and the mass media: Conceptual reflections and empirical findings. In: OLESEN, T. (ed.). **Power and transnational activism**. Londres: Routledge, 2011. p. 190-213.

- SOLA-MORALES, S. Las redes sociales y los nuevos movimientos estudiantiles latinoamericanos. La “Primavera Chilena” y el “Yosoy132”. **IC – Revista Científica de Información y Comunicación**, n. 13, p. 153-193, 2016.
- SOLA-MORALES, S.; RIVERA GALLARDO, R. Las redes sociales como catalizador del movimiento estudiantil chileno en el 2011. **Chasqui**, n. 128, p. 37-52, 2015.
- TILLY, C. **Contentious performances**. Nova York: Cambridge University Press, 2008.
- VALDERRAMA, L. B. Jóvenes, ciudadanía y tecnologías de información y comunicación. El movimiento estudiantil chileno. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 11, n. 1, p. 123-135, 2013.
- VALENZUELA, S. Unpacking the use of social media for protest behavior: the roles of information, opinion expression, and activism. **American Behavioral Scientist**, v. 57, n. 7, p. 920-942, 2013.
- VALENZUELA, S.; ARRIAGADA, A.; SCHERMAN, A. The social media basis of youth protest behavior: the case of Chile. **Journal of Communication**, v. 62, n. 2, p. 299-314, 2012.
- VON BÜLOW, M. The survival of leaders and organizations in the digital age: Lessons from the Chilean student movement. **Mobilization**, v. 23, n. 1, p. 23-42, 2018.
- VON BÜLOW, M.; VILAÇA, L.; ABELIN, P. H. Varieties of digital activist practices: students and mobilization in Chile. **Information, Communication & Society**, v. 22, n. 12, p. 1770-1788, 2019.
- WELP, Y. Cuando todo lo sólido se desvanece en Twitter: análisis del movimiento social #yosoy132 (México 2012). **POSTData**, v. 20, n. 2, p. 417-439, 2015.